

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATALI CRUZ GOMES

**RELAÇÕES ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL,
AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA
LITERATURA**

**MATINHOS
2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATALI CRUZ GOMES

**RELAÇÕES ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL,
AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós Graduação em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar.

Orientadora: Prof^ª. Me^a Vanessa Fiorini

**MATINHOS
2022**

RESUMO

As discussões no campo da saúde quanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem se intensificado, especialmente em virtude das modificações ocorridas no cenário sociopolítico e a culminação na crise econômica gerada pela pandemia de Covid-19. Assim, pesquisas têm sido realizadas no intuito de identificar, dentre as políticas públicas e ações já existentes, os desafios implicados em sua execução e quais estratégias podem ser elaboradas para atender a estas demandas. Por estarem implicados na SAN, os sistemas alimentares devem ser discutidos, visando compreender quais modelos se apresentam mais sustentáveis e efetivos no maior alcance possível de aspectos. Desta maneira, o presente trabalho objetiva explorar o panorama brasileiro de pesquisas em SAN, agroecologia e Reforma Agrária. Trata-se de uma revisão integrativa na literatura utilizando os descritores “Segurança Alimentar and Agroecologia”; “Segurança Alimentar and Reforma Agrária” e “Agroecologia and Reforma Agrária” nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde e Scientific Electronic Library Online, tendo como critérios de inclusão: Texto completo publicado em artigo, em português. Partindo-se dos resultados encontrados, verificou-se que as pesquisas no campo da SAN relacionadas aos sistemas alimentares de base agroecológica ainda são escassas nestas bases de dados. Como conclusão identificou-se a necessidade de produção científica com especial atenção às pesquisas em SAN e relações entre a produção de base agroecológica e a reforma agrária para efetivação desse direito, visto que, a agroecologia tem mostrado sua efetividade em contribuir para a SAN e a Reforma Agrária se faz necessária enquanto condição para que este modo produtivo atinja de forma plena o seu objetivo.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; Agricultura Familiar; Movimentos Sociais

ABSTRACT

Discussions in the health field regarding Food and Nutrition Security (FNS) have intensified, especially due to changes in the sociopolitical scenario and the culmination in the economic crisis generated by the Covid-19 pandemic. Thus, research has been carried out in order to identify, among existing public policies and actions, the challenges involved in their execution and which strategies can be developed to meet these demands. As they are involved in FNS, food systems must be discussed, in order to understand which models are more sustainable and effective in the widest possible range of aspects. In this way, the present work aims to explore the Brazilian panorama of research in FNS, agroecology and Agrarian Reform. This is an integrative literature review using the descriptors “Food Security and Agroecology”; “Food Security and Agrarian Reform” and “Agroecology and Agrarian Reform” in the databases of the Virtual Health Library and Scientific Electronic Library Online, with the following inclusion criteria: Full text published in an article, in Portuguese. Based on the results found, it was found that research in the field of FNS related to agroecological food systems are still scarce in these databases. As a conclusion, the need for scientific production was identified, with special attention to research in FNS and the relationship between agroecological production and agrarian reform for the realization of this right, since agroecology has shown its effectiveness in contributing to FNS and the Agrarian Reform is necessary as a condition for this productive mode to fully achieve its objective.

Keywords: Food insecurity; Family farming; Social movements

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
3	METODOLOGIA.....	12
4	DESENVOLVIMENTO.....	13
5	DISCUSSÃO.....	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
7	REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Os debates acerca do conceito de saúde vem ampliando as concepções sobre o tema ao longo dos anos. Entende-se, conforme consenso estabelecido em 1948 pela Organização mundial da saúde (OMS), que a saúde está para além da ausência de doença e que consiste no completo bem estar físico, mental e social dos indivíduos. (FILHO, 2011).

Evoca-se aqui a necessidade do entendimento do que se conhece por determinantes sociais de saúde (DSS), assim como, de ações de prevenção e de promoção em saúde, visto que os âmbitos em que se propõem os diferentes estados de bem estar são diretamente correlacionados a uma série de elementos que repercutem na possibilidade da saúde como direito humano. (BUSS e FILHO, 2007).

Sobre a saúde e seus determinantes sociais, Buss e Filho (2007, p. 78) definem como determinantes sociais de saúde “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”.

Neste escopo, falar em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é delinear um corpo de conhecimento e ação imprescindível, sem o qual, seria impossível garantir a saúde em seus diversos âmbitos. Pontua-se que a garantia de SAN é diretamente atravessada pelos fatores descritos por Buss e Filho (2007), sendo, portanto, um campo de estudo complexo que demanda continuamente de pesquisas contributivas na elaboração de estratégias combativas da Insegurança alimentar e nutricional (IAN).

Uma das maiores conquistas para a saúde foi o estabelecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que é realizado quando há o acesso físico e econômico ininterrupto à alimentação adequada ou quando os meios para o seu alcance são concedidos aos indivíduos de todas as faixas etárias (GOMES, 2012).

O conceito de SAN vem sendo ressignificado e consiste na:

garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (Doc. Final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986).

Nota-se que, quanto ao DHAA, no que diz respeito ao provimento da alimentção, que deve ser realizada em quantidade e em qualidade suficiente, ou seja, primeiramente, a busca pela ausência da fome e, na sequência, em qualidade adequada, sendo o fornecimento de alimentos que beneficiem o organismo. Isto é melhor esclarecido na Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006, a qual estabelece:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL,2006).

Para completar a cadeia de conceitos que regem este corpo fundamental já estabelecido sobre a SAN, há a Soberania Alimentar, que defende que os países devem ter primazia em suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos, assegurando um auto abastecimento alimentar saudável, pautando as praticas de sistemas alimentares respeitosos quanto ao meio ambiente e igualitários no sentido do acesso à terra. (XAVIER, 2018).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar dos esforços feitos, no sentido da composição de políticas públicas já elaboradas ao longo dos anos e de direitos já estabelecidos como fundamentais, a fragilidade de sua execução - ou mesmo, quanto à estruturação - demonstra seu tamanho, especialmente, nos últimos anos. (GOMES, 2012).

Segundo IBGE, 2017 por meio da já consolidada Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) de 2017 a 2018, apresentada em setembro de 2020, dentre as 68,9 milhões domicílios de todas as regiões do país, 36,7% (aproximadamente 25,3 milhões) apresentavam algum grau de Insegurança Alimentar (IA): IA leve (24,0%, ou 16,4 milhões), IA moderada (8,1%, ou 5,6 milhões) ou IA grave (4,6%, ou 3,1 milhões).

Observou-se, também, que nos domicílios na área rural, a IA grave foi de 7,1% (676 mil domicílios), acima do verificado na área urbana (4,1%, ou 2,5 milhões de domicílios). (IBGE, 2017).

Nas regiões Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%), menos da metade dos domicílios dessas regiões tinham acesso suficientemente regular aos alimentos. A situação piora em comparação com os percentuais de domicílios em estado de segurança alimentar das regiões Centro-Oeste (64,8%), Sudeste (68,8%) e Sul (79,3%). (IBGE, 2017).

Durante a Pandemia da Covid-19, o agravo foi severo e relatado pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), compondo o projeto VigiSAN, que teve como objetivo o monitoramento da condição alimentar e nutricional no Brasil por meio de Inquéritos nacionais periódicos (CORRÊA, 2021).

Segundo o documento, dentre os 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões provaram algum nível de insegurança alimentar, dentre os quais, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade satisfatória e 19 milhões sobreviviam à fome. (PENSSAN, 2020).

O encadeamento de conceitos citados até aqui, conduz a reflexão sobre o que vem a ser o termo Sistemas alimentares, cuja compreensão se dá como o conjunto de elementos (condições para produção, pessoas, ambiente, corpo institucional e organizações da sociedade civil, insumos e outros), além das atividades exercidas na produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, o que caracteriza os resultados dos sistemas socioeconômicos e ambientais dessas atividades (BURIGO e PORTO, 2021).

Ainda segundo Burigo e Porto (2021), a origem do conceito de sistemas alimentares procede do contexto da crise alimentar mundial de 1972, que se desdobrou na “Conferência Mundial de Alimentos” de 1974 e na “Declaração Universal para Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição.

Conforme Martinelli e Cavalli (2019), não se pode conceber uma alimentação saudável produzida por um sistema alimentar insustentável, visto que a biodiversidade deve ser preservada, promovendo o consumo de alimentos variados, valorizando preparações culinárias e a cultura tradicional dos povos.

Considerando que a garantia da SAN depende de sistemas alimentares sustentáveis visto que a mesma envolve, não só o fornecimento de alimento em quantidade suficiente, mas em qualidade devida, a questão dos agrotóxicos, ainda utilizados em quantidades consideradas inadequadas para o consumo traz a tona debates acerca da revisão do modo produtivo alimentar proposto inicialmente, a partir da “Revolução Verde” (GOMES, 2012).

Tal processo iniciado em 1960, caracterizou-se pelo uso de sementes híbridas selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, drogas veterinárias e maquinário pesado na agricultura sob o pretexto de que a fome seria extinta com a utilização destes. Apesar do aumento na produção de alimentos, o problema da fome não foi solucionado, escancarando que as principais expressões da questão social responsáveis pelo problema seriam a má distribuição de renda e a desigualdade social que impediria os indivíduos de obter o acesso permanente aos alimentos (quantidade) e em qualidade adequada (prejudicada pelos agrotóxicos e demais recursos químicos utilizados). (NAVOLAR et al, 2009)

Portanto, a implementação da SAN depende da abrangência de algumas dimensões que contemplam sistemas alimentares sustentáveis, preservação da sociobiodiversidade e fortalecimento da agricultura familiar (FILHO, 2011).

Estas dimensões são contempladas nas produções de base agroecológica, também descritas pela LOSAN:

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional (BRASIL, 2006).

Martinelli e Cavalli (2019) expõem que desde 2008, o Brasil lidera a posição no ranking de uso de agrotóxicos, tendo como carro chefe da produção alimentar, a soja. O questionamento sobre a manipulação de tais substâncias além do consumo alimentos transgênicos ganha força com as evidências que relacionam seu consumo a alterações fisiológicas significativas, tais como infertilidade, problemas neurológicos, alterações hormonais, câncer, dentre outros.

Os danos são sofridos, não só pelos agricultores, mas também, pelos consumidores, cujo malefício é transmitido desde a mais tenra idade por meio do leite materno que contiver agrotóxicos para a criança alimentada pela mãe exposta às substâncias. (MARTINELLI e CAVALLI, 2019).

Como enfrentamento às consequências negativas geradas pela Revolução Verde, novos modelos de produção alimentar têm sido propostos enquanto ciência, modo de fazer e cultura. Dentre eles, podemos citar a agroecologia, que segundo Porto e Burigo (2021), pode ser pensada como uma maneira conceber os sistemas alimentares traçando práticas produtivas sustentáveis, visando a preservação ambiental e promovendo justiça social, pensando-se o

processo do cultivo ao consumo. É um saber que abrange pesquisas voltadas para a transição da produção alimentar e ações que envolvem políticas públicas, inclusive a participação da sociedade civil, tendo, assim, caráter transdisciplinar.

Destaca-se a superioridade nutricional dos alimentos produzidos de forma orgânica, apresentando-se mais ricos em antioxidantes e com menor teor de metais pesados e que, quanto ao impacto ambiental, este sistema produtivo promove maior biodiversidade, perdas menores de nutrientes, manutenção ou aumento da matéria orgânica no solo e menor uso de energia. (MARTINELLI e CAVALLI, 2019).

Soma-se ao conjunto de estratégias para garantia de SAN, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que consiste no conjunto de medidas voltadas para uma distribuição da terra de maneira mais igualitária, promovendo justiça social por meio de modificações no regime, tanto de posse, quanto de uso desta (GUERRERO, 2014).

Iniciada pelo Estatuto da Terra em 1964, a Reforma Agrária ainda ocupa lugar de discussão em torno de sua capacidade de contribuir de forma suficientemente produtiva para o desenvolvimento do Brasil. É preciso considerar o compromisso que firma-se por esta perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, que consiste em construir um cenário favorável para sistemas alimentares sustentáveis no tocante à SAN, ao meio ambiente, o acesso a direitos e promoção de igualdade. Para tanto, o documento enfatiza a necessidade que há do fornecimento de meios imprescindíveis na exploração econômica da terra e para que seja gerada renda suficiente para a dignidade humana, tornando possível aos agricultores a sua permanência no campo, por meio de crédito, assistência técnica, apoio à comercialização e agregação de valor, dentre outros elementos de igual importância. (BRASIL, 2003).

Como demonstrado pelo Censo Agropecuário de 2017, houve redução de 9,5% no número de estabelecimentos considerados de Agricultura Familiar em relação ao último Censo, de 2006, perdendo também mão de obra e, em contrapartida, houve a criação de 702 mil postos de trabalho na Agricultura não familiar (IBGE, 2017). Havendo a configuração dos produtores mudado - quanto ao maior número de estabelecimentos em que os trabalhadores buscam renda complementar em serviços externos; o fato de os filhos escolherem exercer atividades fora do domicílio agrícola; e os produtores envelhecerem, reduzindo o número de habitantes do domicílio, fez com que muitos produtores não pudessem mais ser enquadrados na categoria de AF pela Lei 11.326, impedindo estes de serem beneficiados por essa política pública (IBGE, 2017). Isto é demonstrado nos 4,6

milhões de estabelecimentos que em poderiam ser classificados como AF, dentre os quais, apenas 3,9 milhões atendem a todos os critérios. (IBGE, 2017).

Apesar desta expressiva redução numérica da força de trabalho na AF, a maior demonstração de que o investimento público nesta categoria tem grande potencial de dar - literalmente - frutos ainda mais ricos em qualidade e quantidade satisfatórios, é a significativa participação que a AF continua marcando quanto aos alimentos que chegam até a mesa dos brasileiros: “Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão” (IBGE, 2017).

Mas não basta que qualquer tipo de investimento público seja feito com vistas à garantia da SAN, visto que a Revolução Verde teve como iniciativa discursiva a promessa de acabar com a fome. Entretanto, mais do que o aumento na produção de alimentos e desenvolvimento tecnológico no campo, teve o êxodo rural como marca de seu legado, despontando a desigualdade social que reverbera de diversas maneiras, exibindo a pobreza urbana como destaque de sua vitrine (GOMES, 2012).

Tramita no Senado Federal, ainda neste ano, o Projeto de Lei (PL) 6299, 2002, que visa flexibilizar o uso de agrotóxicos no Brasil. Com a perspectiva de minimizar a concepção dos já conhecidos prejuízos causados pelas substâncias, passando a serem chamados apenas de “pesticidas”, o projeto pretende que a decisão da entrada dos produtos no país perpassasse o crivo do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento, realizando as tarefas de fiscalização e análise de pesticidas, relegando o parecer pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelos Ministérios da Saúde (MS) e Meio Ambiente (MMA). Juntamente com este projeto, tramita também, o PL 4166/12) que busca autorizar a fabricação de defensivos agrícolas genéricos com o argumento de que a modificação no modo produtivo, dentre outros “benefícios”, contribuirá com o barateamento da produção para o produtor e, conseqüentemente, para o consumidor (SOUZA e TRIBOLI, 2012).

O enfraquecimento da participação destes órgãos responsáveis pela emissão de pareceres técnicos de saúde voltados para o bem-estar da população nas decisões que dizem respeito ao consumo dos indivíduos e suas repercussões deveria ser inconcebível, pois acena que o interesse da idealização é meramente econômico, favorecendo o modo de produção hegemônico vigente, desconsiderando a Soberania Alimentar do país.

Traçado o panorama do tema escolhido, o presente estudo busca explorar o panorama brasileiro de pesquisas em SAN, agroecologia e Reforma Agrária..

3 METODOLOGIA

A Revisão integrativa foi utilizada como metodologia para a construção deste trabalho, consistindo num método de estudo de importante repercussão, no sentido de que permite que se tenha uma visão geral do campo, reunindo e sintetizando os achados. Desta forma, partindo do trabalho de descoberta dos achados sobre o tema, busca-se o fomento de novas possibilidades de pesquisa e um melhor entendimento para escolha de estratégias de atuação eficazes.

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014, pg.9).

A escolha do objetivo específico de pesquisa dá início a estruturação de uma revisão integrativa, a qual, é realizada a partir de uma revisão da literatura no campo da SAN, visando encontrar e analisar pesquisas que tiveram a SAN, a agroecologia e reforma agrária como objeto de estudo, pretendendo com isto, contribuir para o incremento do corpo teórico sobre o assunto, tanto sobre as possíveis lacunas encontradas, quanto a para elaboração de novas estratégias de superação da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN).

Dada a amplitude e magnitude da temática escolhida como escopo deste trabalho, e objetivando a exploração sobre o panorama de pesquisas publicadas no âmbito do Brasil, realiza-se a revisão integrativa sobre a contribuição agroecológica para SAN e relação com a reforma agrária visando descortinar o “estado da arte” deste objeto de estudo.

Pretende-se, assim, indicar as elucidações trazidas por pesquisas feitas no campo de estudo escolhido e possíveis lacunas observadas, contribuindo para as discussões sobre o tema e sugerindo caminhos para que novas pesquisas possam surgir, partindo das demandas identificadas.

Para tanto, utilizou-se as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando 3 diferentes descritores, sendo os termos: “(Segurança alimentar e nutricional) AND (Agroecologia)”;

“(Segurança alimentar e nutricional) AND (Reforma Agrária)”;

“(Agroecologia) AND (Reforma Agrária)”.

Após a definição dos objetivos, o máximo possível de pesquisas primárias relevantes ao tema e que comportem os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos pela pesquisadora passaram a ser coletadas. Foram eleitos os critérios de inclusão: texto em português e texto completo e, como critérios de exclusão: Artigos repetidos e não relacionados ao tema. Os descritores utilizados poderiam estar em qualquer parte do texto. Assim, qualquer campo contém “Segurança alimentar e nutricional”; qualquer campo contém “Agroecologia” e qualquer campo contém “Reforma Agrária”.

O objetivo da pesquisa também guiou os critérios escolhidos, já que seria necessário ter uma amostra que representasse a produção de conhecimento produzida em âmbito brasileiro, justificando a escolha do critério de língua em português. Texto completo, para que se pudesse analisar mais detalhadamente a composição dos trabalhos em seus objetivos, métodos de estudos, resultados e conclusões. Pesquisa empírica foi escolhida, pois se pretende vislumbrar a realidade vivencial dos indivíduos implicados na produção de alimentos de produção agroecológica. Nenhum recorte temporal foi estabelecido, buscando-se, assim, abarcar toda a produção inserida nas bases de dados pesquisadas.

Fez-se a leitura do total encontrado para a realização da análise da amostra partindo dos resultados encontrados após seleção, aprovação pelos critérios e recuperação.

4 DESENVOLVIMENTO

Ao utilizar os descritores acima explanados, foram encontrados ao total trinta e cinco artigos, que após passarem pelos critérios de inclusão/exclusão totalizaram apenas vinte e sete artigos. Foram excluídos seis artigos, por conta da repetição observada nas diferentes bases de dados, sendo recuperados e lidos integralmente apenas dezessete, que atendiam totalmente os critérios de inclusão adotados.

Como resultados desta revisão, pode-se verificar que as pesquisas sobre SAN, Agroecologia e Reforma Agrária nas bases utilizadas concentram-se entre os anos de 2008 a 2021, tendo como concentração regional o Sudeste (oito artigos), em segundo lugar o Sul

(três artigos) e Nordeste (três artigos) e por último, Centro-Oeste (um artigo). Na região Norte não foram encontradas pesquisas. Dentre os locais no Sudeste como maior região de pesquisas, é o estado de São Paulo, que concentra a quase totalidade das produções acadêmicas e de pesquisas sobre o assunto, possuindo cinco artigos publicados, como se pode verificar nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Artigos por região

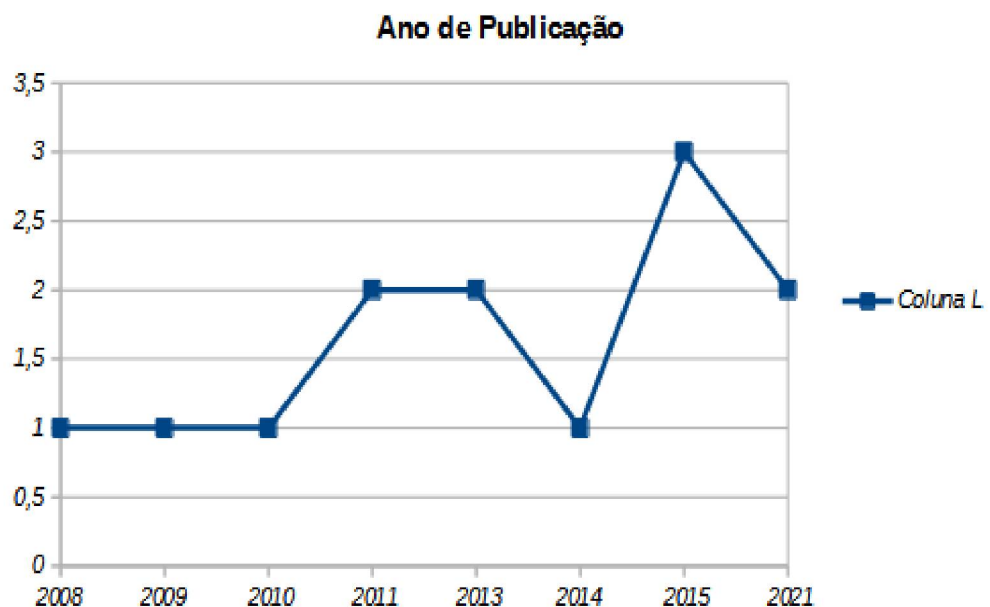
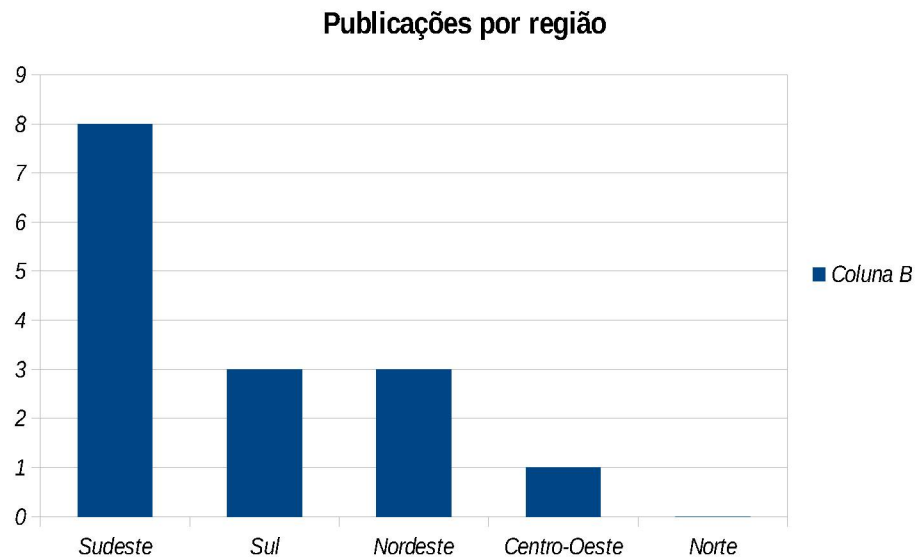


Gráfico 2 – Artigos por ano

Quanto à incidência de periódicos, não houve uma concentração muito grande em revistas específicas, havendo publicações desta temática em periódicos de Saúde (15 - 88,23%), de Serviço Social (1 - 0,17%) e Pesquisa Agropecuária (1 - 0,17%).

No que diz respeito ao tipo de pesquisa e métodos utilizados, as Representações Sociais (RS) foram estratégias comuns nos meios de pesquisa, sendo 71% (10) das pesquisas foram qualitativas, em detrimento de 29% (4) quali-quantitativas (Gráfico 3). Os métodos variaram entre Descritiva e Exploratória (2), Análise/ Revisão (3), Etnografia, Observação Participante (1), Pesquisa Documental e Bibliográfica (1), Entrevistas/ Questionários (3), Abordagem Teórico-histórica (1), Sistematização da experiência – Oficina (1), Ensaio/ Revisão Narrativa (1).

Tipo de pesquisa

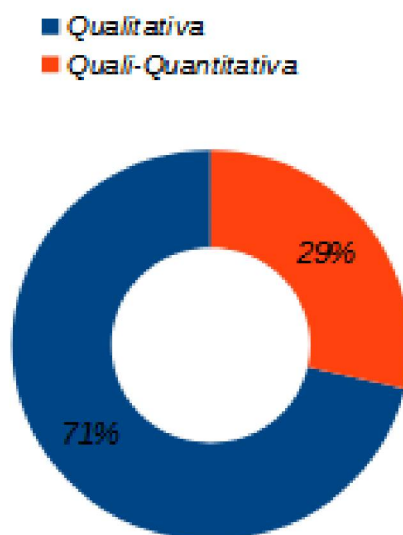


Gráfico 3 – Distribuição dos tipos de pesquisa da amostra



Gráfico 4 – Instrumentos utilizados nas pesquisas

Quanto à população pesquisada, há uma concentração diversa, tendo sido feitos os estudos com funcionários de uma Instituição de ensino superior (IES) do Oeste de Santa Catarina, Agricultores de Palheiros-SP e Agricultores familiares do assentamento Seringal na Amazônia Meridional, com a população do Quilombo de Tijuacu - BA, gestores e funcionários do programa de alimentação escolar da secretaria de agricultura e organização de agricultores em Santa Catarina. (Figura 5).

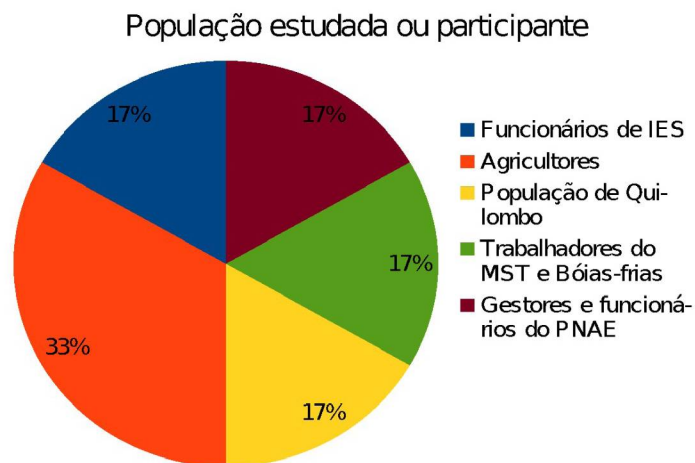


Gráfico 5 – População de pesquisa, (2018-2021)

Os eixos de pesquisa estabeleceram-se em torno de quatro temas principais, todos correlacionados, porém, com diferentes focos de atenção e delineamento. As categorias envolvem estudos relacionados à agroecologia e a promoção de saúde, a relação do PNAE e a



agricultura familiar, SAN e Sistemas alimentares e Agroecologia e MST (Figura 6).

Gráfico 6 – Principais eixos de pesquisa

Dentre os principais resultados e contribuições encontrados nas pesquisas verificou-se a importância das políticas públicas para a garantia da SAN, em especial, o papel contributivo do PNAE para o escoamento da produção da Agricultura Familiar (AF), promovendo senso de autonomia e empoderamento aos trabalhadores; a importância da agroecologia, não só como modo de produção alimentar sustentável ambientalmente, mas também economicamente, gerando sistemas alimentares direcionados à Soberania alimentar; além da contribuição da agroecologia como construção de conhecimento que sugere práticas promotoras de justiça social; destaca-se, também, a importância da posse da terra como determinante social implicado na produção de alimentos, portanto, na SAN.

5 DISCUSSÃO

A análise das pesquisas aponta para a sustentabilidade da produção de base agroecológica em sua relação direta com a promoção de saúde e preservação do meio ambiente. Por ser uma ciência transdisciplinar, agrega tanto saberes acadêmicos quanto da experiência dos agricultores.

Dentre as pesquisas que mais contribuíram no sentido de análise das condições de acesso aos alimentos por meio da produção agrícola, Carvalho e Silva (2014) relataram as representações simbólicas e sociais dos quilombolas acerca da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional em Tijuaçu- BA. Observou-se que os agricultores se sentem estimulados a plantar, pois o incentivo minimiza os riscos da atividade produtiva, e acreditam que este incentivo reduziria a insegurança alimentar. Ressaltam, entretanto, que algumas exigências do PAA precisam ser revistas, no sentido de avaliar a potencialidade em facilitar ou dificultar a adesão dos agricultores ao programa, como a exigência de cooperativas e a falta de assistência técnica.

Perin et al (2021) analisam a trajetória do PAA desde 2003 e constatam que o programa foi marcado por três períodos sequenciais e que teve um declive de investimentos no último período (2014-2019), caracterizado pelos autores como um dos menores patamares da história. Segundo os autores, a mudança na agenda governamental de aspecto político impactou diretamente nas políticas voltadas à agricultura familiar. Recentemente, em 2021, o PAA foi substituído pelo programa “Alimenta Brasil”.

Soares et al (2019) investigaram a produção de alimentos para o autoconsumo e o extrativismo de Látex por AFs no assentamento de reforma agrária Seringal -MT. Os autores mencionam a questão da posse da terra como objetivo e conquista dos AFs assentados de reforma agrária e que essa conquista, em si, não garante a permanência destes no campo, devido aos grandes desafios lançados a partir da produção de alimentos, em especial, para o autoconsumo, e sugerem que uma alternativa para manutenção da permanência dos indivíduos no campo é a diversificação da produção, especialmente para o autoconsumo.

No estudo feito por Carneiro et al (2008) foram avaliados os aspectos pertinentes à saúde de famílias participantes do MST e bóias-frias em Unaí- MG e observou-se que os trabalhadores bóias-frias apresentavam condições de acesso aos alimentos muito mais limitadas em comparação com os acampados e assentados, demonstrando altos índices de insegurança alimentar. Segundo os autores, somam-se a solidez do movimento do MST: melhores condições de SAN, além de seu elevado nível de organização e capacidade de reivindicação, os quais contribuem para que haja um cenário mais positivo neste grupo em relação aos bóias-frias. Entretanto, destacam-se dificuldades como acesso a moradias com água encanada e acesso qualificado aos serviços de saúde, caracterizando limitações das

políticas públicas de saúde e de saneamento básico. Os autores também mencionam a propriedade dos meios de produção, assim como Soares et al (2019), como fator determinante para um melhor estado nutricional dos indivíduos, corroborando com outros estudos que inferiram a mesma observação.

Soares et al (2015) avaliaram as potencialidades e fragilidades quanto a execução do PNAE num município em Santa Catarina. Embora o processo de aquisição dos alimentos estivesse de acordo com as exigências do programa quanto ao fornecimento e à demanda de entrega na instituição, algumas inadequações parciais foram identificadas, dentre estas, citam-se as que mais contribuem com a presente discussão, consistindo no fato de que a ausência de mapeamento da produção local de alimentos previamente à elaboração dos cardápios, tende a impactar negativamente na inclusão dos AFs no programa e, portanto, o planejamento de cardápios feitos respeitando-se a sazonalidade da oferta e participação dos AFs neste processo, pode contribuir para efetividade da execução do programa. Além disso, notou-se que, apesar da normatização que enfatiza a aquisição de alimentos provinda da produção de agricultores mais vulneráveis, não estavam inclusos os assentados da reforma agrária, um fato incongruente em si mesmo.

No estudo realizado por Barreto et al (2010) no município de Apodi, RN, sete unidades de produção familiar, em quatro projetos de assentamentos de reforma agrária foram avaliadas, visando mensurar os impactos ambientais do manejo agroecológico da Caatinga. Constatou-se que apesar do uso de energia ter um impacto ambiental negativo, devidos aos custos com as variáveis de eletricidade, gasolina e uso de recursos naturais, o manejo agroecológico da Caatinga mostrou-se benéfico ao meio ambiente, tornando o solo mais produtivo ao diminuir o uso de insumos materiais e reduzindo a emissão de poluentes atmosféricos.

Por fim, Tonini, Broli e Corrêa (2013), investigaram o perfil nutricional e o hábito alimentar dos funcionários de uma IES na cidade de Chapecó, SC, registrando uma prevalência substancial de sobrepeso, representada por 39,3% da população estudada. A pesquisa aponta que o hábito alimentar dos funcionários constitui-se, em parte, pelo costume que já possuem de se alimentarem com alimentos processados e ultraprocessados em excesso, somado ao fato de que a instituição fornece uma carta de refeições igualmente pobres nutricionalmente. O que leva a reflexões e estratégias sobre como atuar para a melhora do comportamento alimentar dos profissionais. Dentre elas, além da participação de um profissional nutricionista no processo de reeducação alimentar, foram propostas ações como o

aumento da oferta de alimentos saudáveis na instituição e o estímulo ao fortalecimento e amplitude de locais para comercialização da feira agroecológica.

Tais constatações corroboram para a inferência que se torna cada vez mais inegável, de que a produção de base agroecológica é caminho para garantia de segurança alimentar e nutricional, contribuindo com a preservação do meio ambiente e a justiça social.

Os estudos demonstram que apesar de haver legislações que formalizam as demandas identificadas, no sentido de garantia do acesso à alimentação como um direito, há muitas lacunas a serem preenchidas quando se trata da execução deste direito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do pequeno número de publicações encontradas, verifica-se a necessidade de produção de pesquisas voltadas para o tema investigado no presente trabalho em diferentes regiões do país, com destaque às bases de dados utilizadas para realizar o presente trabalho, visto que identifica-se a indissociação entre os conceitos de Agroecologia, Reforma Agrária e a garantia de SAN. Vê-se que não é possível falar em promoção de saúde sem que estes elementos estejam alinhados e devidamente postos em prática.

As pesquisas feitas a partir deste contexto podem ser extremamente úteis, avaliando, especialmente, os desafios e potencialidades encontrados na execução dos programas e políticas já estabelecidos, sugerindo possíveis meios para obtenção deste fim.

Destaca-se que as pesquisas de caráter epidemiológico com foco em avaliação nutricional dos indivíduos mostram-se extremamente efetivas para conhecimento do tema, pois, podem trazer maior clareza quanto a validade das estratégias adotadas, por se tratar de um meio de obtenção do panorama de saúde apresentado na região, abrindo caminhos para a discussão sobre os Determinantes Sociais em Saúde (DSS) que perpassam os resultados obtidos, tais como condições socioeconômicas, comportamentais, entre outros.

A questão da posse da terra pelos AFs foi apontada como fator indissociável à possibilidade de construção de sistemas alimentares sustentáveis, além da propriedade dos meios de produção, sendo importante reforçar este achado.

Os estudos encontrados demonstraram a importância do fomento de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) enquanto diretrizes estruturadas para alcance do objetivo final de garantia

da SAN e que a fiscalização e o devido acompanhamento quanto a sua execução apresentam fragilidades, sobretudo, a ausência de mapeamento da produção de alimentos para composição do cardápio escolar no caso do PNAE, sendo necessário um olhar mais cuidadoso sobre estes, visando um alcance mais efetivo.

Destaca-se também a relevância da organização dos movimentos sociais em sua busca reivindicatória pela dignidade de sua existência, cuja luta, torna os indivíduos mais conscientes de seus direitos e mais participantes dos processos de construção de uma vida mais sustentável, a qual, sem a garantia de SAN, não é possível.

Por fim, como verificado o impacto positivo pelo manejo agroecológico da Caatinga, ressalta-se o potencial transformador que as práticas sugeridas pela Agroecologia oferecem e o quão necessário é que se revejam os modos produtivos atuais defendidos pelo modelo hegemônico atual do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Luciana e Maranhão, Fernanda. O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálysis** [online]. 2021, v. 24, n. 3, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79736>> Acesso em: 8 Fev 2022

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3. 2011.

BARRETO, Hilton Felipe Marinho et al. Impactos ambientais do manejo agroecológico da caatinga no Rio Grande do Norte. **Pesquisa Agropecuária Brasileira** [online]. 2010, v. 45, n. 10. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-204X2010001000004>>. Acesso em: 8 Fev 2022.

BORSATTO, Ricardo Serra e Carmo, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2013, v. 51, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>>. Acesso em: 8 Fev 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, Brasília, DF, 15 set. 2006.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6299, de 2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, Brasília, DF, 2002.

BUSS, Paulo Marchiori e Filho, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: **Revista de Saúde Coletiva** [online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>>. Acesso em: 21 Março 2022

BURIGO, André Campos e PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.13482021>>. Acesso em: 23 Março 2022

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias, Brasil, 2005. **Revista de Saúde Pública** [online]. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000037>>. Acesso em: 8 Fev 2022.

CARVALHO, Andréia Santos; OLIVEIRA E SILVA, Denise. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuáçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/icese/a/hwgc6LPPHWZymhqL6py6Lpf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 Março 2022.

CFN. Sistema CFN/CRN defende no Senado rejeição ao Projeto de Lei 6299/2022. 2022. Disponível em

<<https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/sistema-cfn-crn-defende-no-senado-rejeicao-ao-pl-6299-2002/>>. Acesso em 08 Março 2022.

CORRÊA, Ana Maria Segall; **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil.2021**. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/21-05-2021-apresentacao-ana-maria-segall>> Acesso em: 08 Fev 2022.

FILHO, Naomar Almeida. O que é saúde [online], Rio de Janeiro; Editora FIOCRUZ, 2011. **Temas em saúde collection**. Disponível em SciELO Books <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4-jrAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=o+que+%C3%A9+sa%C3%Bade+&ots=BJYloB1Iqi&sig=BnZXHkZ5iGisydDrZGDoNCx4srA#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20sa%C3%Bade&f=false>>. Acesso em: 20 Março 2022.

GOMES, Renata Maineti. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais, 288 p, tese de doutorado, unb,2012.**

GUERRERO, Iris Cecilia Ordoñez. **Reforma Agrária e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: O Caso Do Horto Vergel, Mogi Mirim/Sp, 274 p, Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2014.**

IBGE. **Agricultura Familiar encolheu no país. Censo 2017.** Disponível em <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>>

Acesso em: 08 Fev 2022.

IPEA, PERIN, Gabriela; CORDEIRO, Ana Flávia S. de Almeida; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa e SAMBUICHI, Regina Helena Rosa /Brasília, **TD 2691- A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma Análise da Sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafio.** 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38463> Acesso em: 20 Março 2022

GRANCHI, Giulia. **O que mudaria na prática com a PL do agrotóxicos.** BBC NEWS, 2022. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60354286>> Acesso em: 08 Fev de 2022.

NAVOLAR, Thaisa Santos; RIGON, Silvia do Amaral; PHILIPPI, Jane Maria de Souza, Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde,** 2010.

XAVIER, Leonardo Pereira; PEREIRA, Manuela Franco de Carvalho da Silva; CEZIMRAM, Elemer do Nascimento; CASSARINO, Julian Perez. Soberania Alimentar: Proposta da Via Campesina para o sistema Agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba. 2018. Edição Especial. Disponível em <<https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/532/554>> Acesso em 23/03/2022

Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture. Plataforma de connaissances sur l'agriculture familiale Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. 2022.

Disponível em < <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>> Acesso em: 08 fev de 2022.

PIOVESAN, Eduardo. **Camara aprova projeto que altera regras de registro de agrotóxicos**. 2022. Câmara dos Deputados. Disponível em <

<https://www.camara.leg.br/noticias/849479-camara-aprova-projeto-que-altera-regras-de-registro-de-agrotoxicos/>> Acesso em 08 Fev 2022.

RIBEIRO, Silvana Maria, Bógus, Cláudia Maria e Watanabe, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, 2015, v. 24, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>> Acessado 8 Fevereiro 2022.

SOARES, Regina Keller; Ferreira, Esvanio Édipo da Silva; JUNIOR, Santino Seabra; NEVES; Sandra Mara Alves da Silva. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2018, v. 56, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406>>. Acesso em: 8 Fev 2022.

SOARES, Panmela; MARTINELLI, Suellen Secchi; MELGAREJO, Leonardo; DAVÓ-BLANES, Mari Carmen; CAVALLI, Suzi Barletto. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2015, v. 20, n. 6. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.16972014>>. Acesso em: 8 Fev 2022

SOUSA, Anete Araújo de Sousa; SILVA, Ana Paula Ferreira da; AZEVEDO, Elaine de; RAMOS, Mariana Oliveira. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, v. 28, p. 217-229, 2015.

TONINI, Elione; BROLL, Ana Maria; CORRÊA, Elizabeth Nappi. Avaliação do estado nutricional e hábito alimentar de funcionários de uma instituição de ensino superior do oeste de Santa Catarina. **O Mundo da Saúde**, v. 37, n. 3, p. 268-279, 2013.

PENSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em 08 Feb 2022